



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA – DAP
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA- -PIBIC

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DA GLOBALIZAÇÃO
ECONÔMICA: ESTUDO SOBRE A SUFRAMA

MANAUS

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA – DAP
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA- -PIBIC

**A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DA GLOBALIZAÇÃO
ECONÔMICA: ESTUDO SOBRE A SUFRAMA**

BOLSISTA CNPq: Enilson de Oliveira Araújo
ORIENTADOR: Prof. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho
PIB-H/0068/2010

Não é renovação

MANAUS

2011

SUMÁRIO

INRODUÇÃO.....	05
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	07
CAP.01 PARTICIPAÇÃO DA SUFRAMA EM ENTIDADES INTERNACIONAIS.....	13
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA FILIAÇÃO DA SUFRAMA À FEMOZA E AO CZFA.....	16
CAP. 02. IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DESSAS ENTIDADES.....	18
CAP. 03. ATIVIDADES E POSIÇÕES POLITICAS DEFENDIDAS PELA FEMOZA E CZFA.....	21
CAP.04. MOTIVAÇÃO POLITICA DA FILIAÇÃO DA SUFRAMA.....	23
CONCLUSÃO.....	24
FONTES E REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	26
CRONOGRAMA EXECULTADO.....	28

RESUMO: A pesquisa destaca o momento de criação e implantação do modelo Zona Franca de Manaus na região amazônica em 1967, tendo a SUFRAMA como entidade responsável para administrá-la e promover políticas em prol da sua inserção no mercado internacional. Em face do capitalismo transnacional que tem forjado condições propícias a transnacionalização da economia, fazendo com que estados nacionais criem mecanismos de desnacionalização de relações e estruturas sociais situadas no seu território para responder à dinâmica transnacional específicas das “cadeias produtivas globais”, que visam integrar empresas nacionais e principalmente empresas internacionais que vislumbrar grandes lucros sobre as vantagens e incentivos fiscais.

Assim, pesquisa tem como objetivo compreender a participação de uma entidade nacional em organizações internacionais criadas em virtude da proliferação das zonas francas e da falta de políticas que engajadas em sua defesa por parte dos governantes que se viram para elas pedindo ajudas.

Essas organizações, mais precisamente a FEMOZA (Federação Mundial de Zonas Francas) e a CZFA (Comitê de Zonas Francas das Américas), criadas em meados de 1990 e início de 2000, é com o intuito de promover e fortalecer o modelo zona francas em diversas partes do mundo.

É com base em análises bibliográficas e de documentos produzidos pela FEMOZA, CZFA e SUFRAMA, com vista a explicar monograficamente, as relações entre a participação de uma entidade do governo federal em organizações internacionais de zonas francas e a difusão desse mecanismo de transnacionalização econômica, portanto, a investigação é monográfica e explicativa. Utilizando de obras de diversos autores como: Ianni (2000, 2001, 2008), Furtado (1992); Garcia (2004) entre outros e em documentos produzidos por cada uma dessa entidade nacional e organizações internacionais, com vista a alcançarmos os objetivos propostos.

Portanto, conseguimos compreender que a SUFRAMA, diante de uma dinâmica do capitalismo transnacional busca sempre por alternativas que contribua em uma melhor qualidade e produtividade adequadas à competitividade no mercado globalizado. Com isso, tem se mobilizado em escala internacional com vista no reconhecimento,

valorização de seus recursos naturais e bens produzidos com a Zona Franca de Manaus e pela inserção no mercado internacional.

INTRODUÇÃO

As Zonas Francas, segundo Ianni (2001), são “características do processo de globalização do capitalismo”, que podem ser vistas como enclaves neoliberais inaugurando novo estilo de organização da produção, do trabalho, do comércio, da importação e exportação. Localizam-se em países em desenvolvimento, subdesenvolvidos, periféricos ou classificados como emergentes. Promovem a articulação dinâmica de forças produtivas locais, regionais e mundiais.

Vistas assim, elas tem precisamente o sentido de forjar as condições propícias à transnacionalização da economia, processo por meio do qual os estados nacionais criam, eles mesmos, mecanismos de desnacionalização de relações e estruturas sociais situadas no seu território respondendo a uma dinâmica transnacional, específica das “cadeias produtivas globais”, onde, os Estados incorporam um projeto global envolvendo um sistema de normas privadas reguladoras de domínios específicos da vida nacional, formulado e difundido por alguns governos nacionais, e por agências multilaterais, criadas pelas principais nações do mundo com o objetivo de trabalhar em comum para o pleno desenvolvimento das diferentes áreas da atividade humana, como, política, econômica, saúde, segurança e etc.

As Zonas Francas têm mobilizado a formação de diversas organizações ou entidades interessadas na defesa e políticas que contribuam para a melhor dispersão desse modelo pelo mundo. Uma dessas organizações são a Federação Mundial de Zonas Francas (FEMOZA) e o Comitê de Zonas Francas das Américas (CZFA), que se organizam em um contexto universal com políticas de defesa e no fortalecimento das Zonas Francas espalhadas pelo mundo. Levando Governos, Superintendências, Zonas Francas a se filiarem e participarem dessas organizações. Uma dessas Superintendências que se filiou a essas organizações foi é Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), objeto de estudo desta pesquisa.

Diante disto, o presente projeto tem como objetivo analisar a sua participação, em duas dessas organizações que são a Federação Mundial de Zonas Francas (FEMOZA) e no Comitê das Zonas Francas das Américas (CZFA).

Visto que a Superintendência da Zona Franca de Manaus criada sob o decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 é uma autarquia do poder executivo, com personalidade jurídica, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, vinculada ao ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior (MDIC), encarregada de administrar os incentivos fiscais característico principalmente da Zona Franca de Manaus- ZFM, com a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais (RELATÓRIO DE GESTÃO DA SUFRAMA 2007).

A SUFRAMA é encarregada de administrar a Zona Franca de Manaus que corresponde a uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam o seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distancia a que se encontram os centros consumidores de seus produtos, criada em 28 de fevereiro de 1967 sob o Art. 1º do decreto-lei nº 288. A Zona Franca de Manaus é considerada o mais novo modelo de desenvolvimento capitalista na região da Amazônia (GARCIA, 2004).

A FEMOZA fundada em dezembro de 1999 é uma organização não-governamental que congrega Zonas Francas localizadas em vários países dos diversos continentes, tendo como objetivo continuar e ajudar as Zonas Francas instaladas pelo mundo a se desenvolver, especialmente nos países emergentes e países em transição, com a função de oferecer experiência, para emitir normas, regras e processos para capacitar profissionais e ajudar com apoio técnico, além de prestar apoio jurídico, econômico e técnico, visando o desenvolvimento dessas áreas.

O CZFA é uma organização não-governamental que congrega diversos países das Américas que tem por finalidade apoiar o fortalecimento das Zonas Francas da America Latina e sua adaptação às atuais condições do comércio.

Portanto, é na busca pela compreensão do que levou a SUFRAMA se filia a essas organizações que esse projeto se submete a analisar. Para isso, este relatório ficou estruturado em quatro capítulos, onde o primeiro dá ênfase à participação da Suframa

em entidades internacionais e todo o contexto histórico qual levou a sua filiação; no segundo, abordo os participantes dessas entidades; no terceiro, relatamos a atividade e política da FEMOZA E CZFA; e no quarto, consistem os motivos que levaram a SUFRAMA a filiar-se a entidades internacionais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de alcançarmos os objetivos deste trabalho de pesquisa, utilizamos diversas obras de autores (livros) e documentos produzidos por entidade mostrada anteriormente na introdução, para termos como base em nossas fundamentações e com resultados relevantes a questão levantada por este estudo.

Pois, eles nos deram profundas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho. Em Ianni, () é possível pensarmos em um universo repleto de transformações em virtude do capitalismo que se desenvolve e se prolifera em uma escala mundial, modo de relações atribuídas entre a sociedade, promovendo uma maior articulação entre diferentes nações do mundo.

Essas relações surgem quando os indivíduos se defrontam com o processo de transformação capitalista, vinculado a um sistema global da economia, visando a formação de uma sociedade global, ou seja, uma sociedade que se relaciona por diferentes partes do mundo, com vistas nos mesmos interesses.

Portanto, essa sociedade intensifica as relações sociais em uma escala mundial, ligando uma localidade distante à outra. Essa ligação, forma o processo de globalização, que é um processo característico da sociedade contemporânea, caracterizada por uma conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais do mundo formando uma “rede de relações”, isto é, uma maior aproximação entre indivíduos e uma ressonância instantânea dos fatos, eventos, ações e produtos que são estabelecidos pelo capitalismo mundial.

Essas intensificações causadas pela sociedade que se expande em escala global, Ianni () vai chama de “sistema global” que é responsável por causar profundas mudanças nas relações entre os indivíduos, empresas, governos e no campo econômico, político, sociocultural e tecnológico. Caracterizando o contexto histórico em que vivemos atualmente, principalmente na formação de organizações internacionais.

Essas organizações, juntamente com governos nacionais e internacionais se mobilizaram em escala mundial, através de estudos e levantamentos de dados principalmente político, econômico e cultural das regiões pouco desenvolvidas.

Facilitando levar o progresso a essas regiões, principalmente através do modelo Zona Franca, que é um modelo encontrado com vista a integrar empresas de diferentes partes do mundo e implantá-las em um território específica visando captar recursos e desenvolve-los economicamente.

O modelo zona franca foi criado para integrar um projeto de desenvolvimento capitalista transnacional, o que Ianni (2000) chama de “projeto transnacional”, idealizado principalmente pelas entidades internacionais, e implantado por governos nacionais em seus territórios, contribuindo de forma a aumentar sua taxa de crescimento.

O objetivo desse projeto transnacional é de levar recursos, através de empresas transnacionais a regiões interessadas no seu desenvolvimento político, econômico e cultural. Logo, governantes dessas regiões o vêem como um modelo de desenvolvimento seguir e implantaram em seus territórios.

Mas, para que este projeto transnacional fosse implantado, governos nacionais tiveram que, segundo Ianni (2000), desmontar o projeto que vinha sendo promovido pelo capitalismo nacional. Com isso, o Estado se torna “um caso de dependência perfeita” que tem se caracterizado como uma província do capitalismo global. Transformando o Estado em um aparelho administrativo alheio à sociedade nacional, às tendências predominantes no âmbito das classes e grupos sociais. Aplicando somente as normas atribuídas pelo projeto transnacional.

Com a implantação deste projeto transnacional, Segundo Ianni (2000), houve uma “Reforma do Estado”, compreendendo a criação do “Estado Mínimo”, isto é, a desregulação, privatização, abertura de mercados, favorecimento de fusões e aquisições de empresas nacionais por transnacionais, destinado a reinserir ou inserir mais amplamente diversas regiões e nações na economia globalizada.

Esse capitalismo tem implicado uma redefinição, entre o Estado e a Sociedade civil, vista que o Estado viabiliza somente políticas que atendam as exigências da transnacionalização, causando uma dissociação entre o Estado e a Sociedade.

Como afirma Ianni.

Cria-se, desenvolve-se e aprofunda-se uma singular dissociação entre o estado e a sociedade, ou seja, as diretrizes econômico-financeiras políticas e culturais prevaletentes no âmbito do estado são cada vez mais evidentemente alheias às necessidades econômico-financeiras,

políticas e culturais da maior parte da sociedade civil. (IANNI, 2000, p.53)

Compreende-se que ao aderir o projeto transnacional, os governantes, abandonam o projeto nacional, como citado acima, priorizando os interesses internacionais, transformando a economia brasileira, segundo, Ianni (2000) em uma mera província do capitalismo mundial, onde, todas as principais decisões adotadas em âmbito governamental e com sérias implicações em âmbito da vida cotidiana de indivíduos e coletividades, estão sendo ditadas principalmente pelas exigências da transnacionalização.

Mediante essa substituição substancial de empresas nacionais por transnacionais, vem ocorrendo aumento de lucros e grandes vantagens para essas empresas transnacionais. Tendo como consequência um maior controle sobre o mercado e governo nacional.

Portanto, essa substituição e um maior controle sobre a decisão política do governo nacional que tem se mostrado segundo Ianni (2000) como um simples administrador dos interesses internacionais, é vista como uma tendência diante da inserção dessa nova forma de capitalismo globalizado, que se expande por diferentes partes do mundo, onde as decisões cabíveis são discutidas e implantadas sem o conhecimento da maior parte da população local.

O capitalismo mundial promovido pela transnacionalização tem provocado em diversas regiões do planeta, a criação de novas formas de investimentos e incentivos fiscais, visando uma grande atratividade às empresas transnacionais que buscam maiores alternativas de lucros e competitividades.

Dessa forma, essas empresas, devido ao ajuste da superestrutura jurídica – políticas nacionais, aos baixos impostos, aos grandes incentivos oferecidos por governos nacionais, e a possibilidade de maiores lucros (já que não iam dispor de muitos gastos principalmente com a mão de obra, pois essas região apresentavam segundo Ianni (2000) “uma formidável reserva de mão de obra disponível”), maiores competitividades, controle político entre outros, transferem-se e se instalam em diferentes regiões ou países do mundo.

O governo nacional tinha a princípio, com a implantação de empresas transnacionais, a intenção de elevar a economia e o desenvolvimento de sua região, mas o que se tem visto são recursos levados para o estrangeiro. Com isso a unidade nacional

fica fragilizada, já que boa parte da riqueza que é produzida no território nacional é levada para o exterior. Tendo como consequência, segundo Furtado (1992) uma perenidade no desemprego, uma massa de destituídos, uma deterioração nos serviços de saúde, uma alienação de jovens e idosos, uma diminuição na participação nas tomadas de decisões, um congestionamento dos sistemas de transportes e uma poluição endêmica.

Faz-se perceber, que o crescimento econômico de uma dada região do mundo fica na estrita dependência da iniciativa das empresas que atuam no plano transnacional, pois, possuem condições econômicas propícias para realizar investimentos. Mas, não deixamos de ressaltar que a maior parte do que é produzido através deste investimento é constantemente retornado para suas nações, deixando o espaço onde foi produzido com extremas anomalias.

Diante deste paradigma no capitalismo transnacional, não podemos deixar de frisar os institutos neoliberais que foram de extrema importância na tomada do novo perfil de governabilidade mais flexível, deixando o protecionismo e engajando o liberalismo como a mais nova política a ser disponibilizada, viabilizando um grande salto no desenvolvimento e crescimento da globalização econômica.

O neoliberalismo serve basicamente aos interesses da classe dominante globalizada, cujo receituário inclui como principais objetivos, entre outros, a redução do poder do estado, privatizações, abertura às importações, endividamento externo, redução de salários e gastos sociais, enfraquecimento dos sindicatos e eliminação das garantias trabalhistas, onde as empresas globalizadas pressionam o estado no sentido da flexibilização da legislação trabalhista para maximizar seus lucros e competitividade, assim, neste contexto, as consequências mais imediatas são taxas de exportação da força de trabalho cada vez maiores e precarização das relações de trabalho (STEREN, 2001, p. 186).

A política neoliberal ocasionou segundo Diniz (2000) diversas mudanças, tanto no contexto internacional, com o aumento dos fluxos financeiros e da disponibilidade de capitais, quanto na conjuntura nacional, marcada pela crescente consciência da desagregação do padrão nacional-desenvolvimentista e por uma nova configuração das forças políticas e coalizões dominantes. Internamente afirma-se a supremacia do neoliberalismo, observando-se um ponto de inflexão, caracterizado pela estruturação de

um movimento em torno da necessidade de uma ruptura com a antiga ordem, tendo em vista a implantação de um novo modelo econômico centrado no mercado”.

Segundo Ianni (2008) O neoliberalismo é bem uma expressão de economia política da sociedade global. Forjada na luta contra o estatismo, o planejamento, o protecionismo, o socialismo, em defesa da economia e mercado, da liberdade econômica concebida como fundamento da liberdade política, condição de prosperidade coletiva e individual. Enraíza-se diretamente no mercado mundial, no fluxo de capital, tecnologia, força de trabalho, mercadoria, lucro e mais-valia. Lança-se diretamente num mundo sem fronteiras, alfândegas, barreiras. Reafirma os princípios da liberdade, igualdade, prosperidade e contrato, agora sob a égide das multinacionais, corporações, conglomerados, organizações pouco localizáveis, no sentido de que estão em muitos lugares e às vezes operam à margem de instituições, códigos, estatutos ou constituições nacionais.

Assim, é possível compreender que, quando os governos adotam políticas de cunho neoliberal, é para instalar e fortalecer o capitalismo transnacional com o intuito, segundo Ianni (2000) de “reinsserir ou inserir mais amplamente o Brasil na economia globalizada”.

Com isso, tem-se segundo Serafico (2009) uma configuração do processo de desenvolvimento do capitalismo global, que permite situar os eixos estruturantes, das relações de produção vistas como relações que se dão sempre, mas de formas diferentes, em amplitudes supra-nacional, articulando países e sociedades, estados nacionais e classes sociais de diferentes continentes e regiões do mundo, tendo como resultado a integração das economias nacionais, desencadeadas pela organização do processo produtivo de algumas empresas em escala transnacional, com vista em superar obstáculos políticos e econômicos à acumulação de capital nos países desenvolvidos e, de criar mecanismo jurídico-político, que ampliem a possibilidade de circulação do capital em escala global.

Portanto, essa transformação no setor econômico, intermediado pelo processo capitalista transnacionalizado, tem proporcionado uma adoção deste mecanismo por parte da política nacional ou internacional atendendo a uma dinâmica transnacional. Tendo as Zonas Francas como resultado dessa política.

Políticas esta, empregada na região amazônica, onde foi criada e instalada uma dessas Zonas Francas, chamada Zona Franca de Manaus (ZFM) localizada em Manaus, capital do Amazonas em 1967.

A Zona Franca de Manaus é resultado do processo de desenvolvimento do capitalismo transnacionalizado. Esse modelo desenvolve principalmente a economia da região, e contribui para que seus recursos naturais e bens produzidos na região sejam reconhecidos e valorizados mundialmente.

Em Garcia (2004) pode-se perceber o contexto de criação e implantação da Zona Franca na região, juntamente com suas diretrizes em prol do seu desenvolvimento.

A Zona Franca é caracterizada por um modelo econômico baseado na concessão de incentivos à produção e de incentivar os processos produtivos para importação e exportação, a Zona Franca é composta por indústrias locais, nacionais e internacionais, advindas do processo de transnacionalização.

Portanto, esse processo de desenvolvimento do capitalismo global, desencadeia a integração da economia nacional, organizando o processo produtivo, com vista superar obstáculos políticos e econômicos.

É com base nessas fundamentações teóricas que analisamos com vista compreender a filiação e participação da SUFRAMA na FEMOZA E CZFA que são entidades internacionais que se formaram em um contexto internacional e global.

1. PARTICIPAÇÃO DA SUFRAMA EM ENTIDADES INTERNACIONAIS.

Diante de uma política de interesse das corporações transnacional de dispor no Brasil de uma base na qual possam desfrutar de condições privilegiadas para organizar seus recursos produtivos globais a baixos custos e para inserir seus produtos no mercado regional em busca da alta competitividade que, os governantes locais passam a criar incentivos e projetos que viabilizem o desenvolvimento do capitalismo transnacional, com base na industrialização.

Assim, o governo nacional promove a criação de mecanismos para desenvolver a região diante de um plano de desenvolvimento da economia em escala global. Acarretado com a criação e implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM), e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), criada para administrar o modelo em 1967.

Desde então, a SUFRAMA é responsável pelas políticas de fortalecimento do Pólo Industrial de Manaus (PIM) que reúne indústrias nacionais e transnacionais com alto grau de competitividade, capazes de atender ao mercado nacional e ajudar o Brasil a ampliar a sua inserção no mercado internacional e estímulo ao desenvolvimento de sua área de atuação, a identifica potencialidades regionais e cria condições para transformá-las em oportunidades de negócios, caracterizadas por um “modelo econômico, baseado na concessão de incentivos à produção” e de incentivar os processos produtivos para importação e exportação.

A Zona Franca de Manaus é o resultado do capitalismo transnacional que transfere e instala diversas empresas em regiões não-industrializadas, ou seja, naquelas que não dispõem de recursos suficientes para promover seu próprio desenvolvimento.

O governo local juntamente com SUFRAMA cria e mantém incentivos fiscais com objetivos de inserir a região no processo de produção global do capitalismo e, por

essa via, dinamizar a economia local e fortalecer a Zona Franca de Manaus. Neste contexto, a economia local fica mais flexível em virtude da prevalência da política neoliberal, que possibilitou menor interferência do estado na economia dando maiores liberdade para o progresso, configurando um novo cenário econômico internacional.

Este cenário passou a exigir, da instituição, um novo perfil, onde a liberalização da economia, a busca de qualidade e produtividade impôs novos padrões e expectativas no campo das transações internacionais, para os estados nacionais adotarem medidas que permitissem o livre fluxo do capital, traduzido em termos do investimento direto estrangeiro e de novas formas de investimento (SERÁFICO 2009).

A política neoliberal facilita o crescimento da economia, pois deixa o Estado mais flexível, assim, a SUFRAMA estabelece políticas para criar e atrair incentivos e investimentos de toda parte do mundo, para que sejam investidos e mantidos na Zona Franca de Manaus.

Portanto, a SUFRAMA passou a ter o papel de atrair e fomentar novos investimentos e a produção no PIM, bem como propiciar o transbordamento de seus efeitos em favor das demais localidades da Amazônia ocidental e de aprovar, fiscalizar e acompanhar os projetos industriais que se beneficiam dos estímulos fiscais e os convênios por ela firmados.

Segundo Garcia (2004) a atração desses investimentos é parte da missão institucional da SUFRAMA que definiu estratégias para atingir os potenciais investidores, dimensionando as perspectivas, exigências e acesso dos mercados regional, nacional e internacional a partir da definição das cadeias e agrupamentos produtivos, e do fornecimento de subsídios para elaboração de políticas de desenvolvimento para a Região. Os estudos feitos fornecem a base técnica necessária a quem deseja investir como também aos Governos dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá, na formulação de seus programas de trabalho.

Assim, a SUFRAMA promove o desenvolvimento sustentável, gerando, atraindo e consolidando investimentos, apoiados em capacitação tecnológica, visando uma competição em escala internacional.

Diante dessa visão competitiva, além de aumentar a demanda e valorização de seus produtos, a SUFRAMA tem ganhado forças para alcançar e fortalecer ainda mais

seus objetivos, através do processo de globalização do capitalismo que se intensificou no Brasil a partir de 1990.

Essa intensificação se deu através das reformas econômicas que foram adotadas pelo governo nacional, particularmente com a liberalização e a desestatização da economia nacional, que se traduziu na adoção da *política industrial de competitividade e qualidade*, e na *reforma do estado*.

Segundo Seráfico (2009), essa *política industrial de competitividade* “baseou-se na desregulamentação, traduzida nos termos da abertura da economia nacional através da redução das taxas de importação e na conseqüente exposição da indústria nacional a concorrência com produtos importados. Paralelamente, promoveu-se a desestatização, que significou a privatização de empresas estatais e a redução dos controles do Estado sobre a dinâmica da economia nacional”.

Essas medidas adotadas com a *política industrial* tiveram como efeito “o aumento da participação do capital internacional na econômica nacional e a desarticulação do sistema econômico nacional. Assim, o Estado Nacional brasileiro, passou a concorrer com outros Estados Nacionais pela atração dos investimentos externos.

Todos esses fatores contribuíram para o desenvolvimento em grandes proporções da Zona Franca de Manaus, ocasionando uma ampliação na demanda de seus produtos, e assim, vê-los sendo valorizados e reconhecidos mundialmente.

A SUFRAMA participa de políticas internacionais, com o objetivo de continuar angariando recursos e ampliando a participação internacional da Zona Franca de Manaus.

Como afirma Garcia:

A grande missão da SUFRAMA é de tentar inserir esta região no Megacenário de desafios e oportunidades que as relações de mercado estão construindo neste novo século, ampliando a participação internacional do modelo ZFM e contribuindo para fortalecer as relações de cooperação e integração econômica da Pan-Amazônia (GARCIA, 2004).

Não podemos esquecer-nos de ressaltar que este Megacenário de desafios e oportunidade, é ocasionada pela globalização da economia, que eleva a competição ha uma escala global, envolvendo todas as atividades industriais que estão buscando maiores competitividades e melhores possibilidades de investimentos e fortalecimento de suas atividades.

Portanto, partindo de análises empíricas e pesquisa bibliográfica, podemos relatar que a participação da superintendência da Zona Franca de Manaus, nesse Megacenário global, constituídos por entidades de representação internacional das Zonas Francas, como na Federação Mundial de Zonas Francas (FEMOZA) e no comitê das Zonas Francas das Américas (CZFA) está atribuído ao seu objetivo de inserir, a Zona Franca de Manaus na articulação de uma rede mundial de zonas francas e pelo empenho em difundir e aprofundar a transnacionalização da economia regional. Assim, configurá-la no capitalismo global por uma valorização e reconhecimentos de seus produtos naturais.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA FILIAÇÃO DA SUFRAMA À FEMOZA E AO CZFA.

A filiação de uma entidade nacional com outras entidades e organizações internacionais, no caso, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), na FEMOZA e na CZFA, segundo Ianni (2000), pode está vinculada a interrupção do projeto de construção nacional, em virtude do novo projeto transnacional, cuja, organização esta em mãos internacionais.

Já que, o projeto transnacional promove o desenvolvimento econômico e investimentos que possibilitem atender as necessidades de que uma região com poucos recursos necessita para se desenvolver, tem mobilizado agentes políticos em escala local, nacional e internacional, criando mecanismos que possam ser atrativos para o capitalismo transnacional.

É com vista nesses objetivos que governantes angariam investimentos para seus territórios, visando o desenvolvimento político, estrutural, econômico diante do modelo ZFM, citada no capítulo anterior, cuja, política estabelecida é criar incentivos que atendam aos interesses principalmente de empresas transnacionais e governos internacionais para que possam investir partes de seus recursos na região.

Logo, as empresas transnacionais tornam-se as grandes responsáveis pelo desenvolvimento da economia local, pois possuem capital suficiente para serem investidos. Mas para que elas se desloquem de seus territórios, governantes locais tem se mobilizado para criar e oferecer condições mínimas possíveis para sua implantação, como por exemplo: infra-estrutura, energia entre outros.

Diante deste cenário de grandes transformações no capitalismo mundial, no qual, tanto as relações sociais quanto a própria economia se torna globalizado, onde todas as políticas de estados estão voltadas é possível perceber, segundo Furtado (1992), que a filiação da SUFRAMA a essas entidades Internacionais acontece diante de um cenário de grandes transformações na dinâmica capitalista, onde dirigentes políticos estão empenhados, segundo Ianni (2000) “em “modernizar”, “racionalizar” ou “dinamizar” as instituições nacionais de forma a intensificar a “inserção” da emergente economia na dinâmica do capitalismo mundial”, possível com o capitalismo transnacional.

Nesse contexto, essas transformações envolveram a criação de novas articulações político-institucionais de entidades do Estado Nacional brasileiro com entidades que congregam entidades, públicas e privadas, de outros Estados Nacionais, interessados na defesa de mecanismo jurídico-políticos que favorecem ao IDE (investimento direto no exterior), possível graças aos avanços das técnicas de transportes e da microeletrônica.

Além do IDE, emergiram também novas formas de investimento (NFLs) utilizadas por empresas de serviços que passaram a estabelecer alianças com parceiros locais. Essa relação se dá com base no controle realizado pelas matrizes proprietárias de marcas e de serviços sobre a conduta dos parceiros locais e na apropriação de uma fração do capital por eles diretamente produzido, assim, essas empresas de serviços transnacionalizaram suas atividades, que não seriam possíveis, porem se os estados nacionais de que se originavam e para os quais se destinaram mantivessem políticas protecionistas que criavam barreiras à livre circulação do capital. Daí ter sido impulso decisivo para o aumento dessas formas de investimento a modificação das condições político-institucionais, estatais, constrangedoras da transnacionalização. (SERÁFICO, 2009, p.37).

2. OS PARTICIPANTES DESSAS ENTIDADES.

Tendo analisado um cenário de transformação na dinâmica do capitalismo, enraizado na política de criação das Zonas Francas, para servir as exigências da transnacionalização, defendidas por entidades ou organizações nacionais e internacionais, abordaremos agora os participantes dessas entidades.

Portanto, os participantes dessas entidades como SUFRAMA, FEMOZA E CZFA consistem em empresas, governos, países, Zonas Francas e Superintendência, interessados em promover, fortalecer e manter esse modelo de desenvolvimento do capitalismo transnacional de suas Zonas Francas pelo mundo. Prevalecendo políticas que correspondam aos seus interesses.

Da SUFRAMA participam em sua maioria empresas operando em um plano transnacional, e políticos interessados na sua defesa, assim, como membros de entidades internacionais.

À FEMOZA participam Zonas Francas dispersas por diferentes países do mundo, além de empresas que as integram. Essas Zonas Francas podem ser de diferentes áreas ou denominação, tais como Zonas de Processamento de Exportação (ZPES), Indústria, Comercio, Serviços, Turismo, Logística, Porto Franca, Entrepasto, etc. com objetivo de compartilhar experiências, bem como informação e tecnologia

Ressaltamos que os participantes da CZFA são somente países das Américas, que possuem em seu território Zonas Francas. Esses países ao participarem dessa entidade, passam a ter diversos direitos assegurados, como pesquisas em sua base de dados que detém vasta bibliografia sobre Zonas Francas e outras informações que estejam relacionadas a sua finalidade; pleitear que o comitê atue em favor destes em ações internacionais; receber todas as publicações, estudos, informações estatísticas e demais

documentos produzidos pelo comitê, acesso aos meios de divulgação do comitê para a difusão de suas informações.

A tabela a seguir, mostra as Zonas Francas e associações que participam do Comitê de Zonas Francas das Américas (CZFA). Incluindo o Brasil, com Zona Franca de Manaus.

MEMBROS DO COMITÊ DE ZONAS FRANCAS DAS AMERICAS (CZFA)

NOME	REPRESENTANTE	PAÍS
Zona Franca La Plata	Daniel Moreno	Argentina
Andi-camara de usuários de Zonas Francas de La Asociación Nacional de Empresarios	Edgar Martínez	Colômbia
Araujo Ibarra e asociados, S.A.	Martín G.Ibarra	Colômbia
Asociación de usuários Zona Livre de colon	Galo Pinto de La Ossa	Panamá
Zona Franca Del Pacifico	Bertha Cecilia Rojas	Colômbia
Asociación de zonedwinas Francas Del Salvador	Edwin Escobar	El salvador
Asociación Dominicana de Zonas Francas (ADOZONA)	José M. Torres	República Dominicana
Asociación Guatemalteca de exportadores AG export	Fanny de Estrada	Guatemala
Camara de La Industria têxtil, confección Y Zonas Francas de El Salvador	Ingrid Burgos	El salvador
Zolic	Cesar D.Ortiz B.	Guatemala
Agexport	René Castañeda	Guatemala
Comisión nacional de Zonas Francas (CNZF)	Alfredo coronel/ Mauricio abarca	Nicarágua
Consejo nacional de Zonas Francas de	Luisa Fernández	República Dominicana

exportaciones		
Consejo nacional de Zonas Francas	Carlos F.Meyer M.	Paraguay
Consortio de La zona de Gran CANARIA	Antonio Marquez F.	Espanha
Consortio de La Zona Franca de CADIZ	Jose j. de Mier Guerra	Espanha
Consortio de La Zona Franca de Vigo	Débora Ramon de Iglesias	Espanha
Corporacion para El desarrollo de La zona libre no. 163(CODEZOL)	Johnny Fernández	Porto Rico
Corporacion Zona Franca industrial de Santiago INC	Celso Portela	República Dominicana
Ente Zona Franca Bahia Blanca coronel Rosales		Argentina
Parque industrial Santiago norte, S.A.Pisano	Federico Dominguez Aristi	República Dominicana
PIISA Industrial Park	José Tomás Contreras	República Dominicana
Podgorny e asociados	Orlando Seghesio	Argentina
Zona Franca Baru	Luis E.Muñoz	Panamá
Zona Franca de Bogotá	Juan Pablo Riveira	Colômbia
Zona Franca de Esmeraldas Ecuador (zofree)	Fernando Moncayo	Equador
Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)	Flavia skrobot Barbosa Grosso	Brasil
Zona Franca Industrial de Iãs Americas	Luis Manuel Pellerano	Republica dominicana
Zona Franca La Plata	Marcelo Leite	Argentina
Zona Franca Puerto Plata	Luciano Loweski	Republica dominicana
Zona livre de Colon-Panama	Leopoldo Benedetti	Panamá
Zona livre de Industria YComercio (ZOLIC)	Arturo Valle (gerente general), Cesár Ortiz/ Claudia Ramirez	Guatemala
Zonamerica, S.A.	Isidoro Hodara	Uruguay
Consejo nacional de Zonas Francas	Viviana Vásquez de Farias	Equador

Portanto, essas empresas que são na sua maioria transnacionais, governos tanto nacionais quanto internacionais, Zonas Francas e superintendências estão interessadas em conquistar novos horizontes, principalmente em escala mundial, possível com o processo de globalização da economia, tendo o capitalismo como fator preponderante neste processo de desenvolvimento do capitalismo transnacional.

3. ATIVIDADE E POLITICA DEFENDIDA PELA FEMOZA e CZFA;

Por muitos séculos, as Zonas Francas tem se mostrado como ferramenta importante para revitalizar a economia. Num primeiro momento como base de comercio e, mas recentemente como podemos perceber se tornaram reais áreas industriais. Funcionando com uma atividade econômica que tem de ser adaptada, constantemente, com as ultimas tecnologias e com a crescente globalização da economia.

As Zonas Francas operam em mais de 100 países, geralmente têm sido desenvolvidas para atender as necessidades econômicas ou criação de empregos, mas na maioria dos casos, têm crescido sem nenhuma base tecnológica e com nenhum conhecimento de suas reais possibilidades, por falta de informação e estudos técnicos.

É com vista nessa falta de conhecimentos e com bases que forneçam uma melhor condição de desenvolvimento dessas Zonas Francas que, algumas organizações internacionais foram criadas, a fim de trocar experiências e melhorar a gestão e eficiência, resolvendo problemas locais, na maioria dos casos. Mas o fato é que existe uma grande lacuna tecnológica, que não permite o desenvolvimento das Zonas Francas.

Essas organizações internacionais detectaram essa necessidade, e com isso muitos governos se viraram para elas para pedir ajuda para seus projetos transnacionais.

Devidos a essas solicitações, especialmente de países emergente e países em desenvolvimento transitório, que a FEMOZA foi criada, com capacidade suficiente para atender e preencher as necessidades do mercado, recebendo todo um apoio de governantes, bem como uma infra-estrutura de apoio e de informações por diferentes divisões da organização das Nações Unidas e instituições internacionais.

A FEMOZA tem como objetivo continuar as Zonas Francas em todo o mundo e ajudá-las a se desenvolver, especialmente nos países emergente e países em transição, com uma função, de oferecer experiência, emissão de normas, regras e processos para capacitar profissionais e ajudar com apoio técnico, jurídico e econômico. Sua metodologia é baseada na promoção de conferências e oficinas, a manutenção de uma linha constante de comunicação com os membros, bem como reuniões periódicas com as instituições internacionais e instituições financeiras, sociais e ambientais.

A FEMOZA é gerida de acordo com os acordos da assembleia geral e de seu comitê executivo que é composto por um mínimo de cinco membros, escolhidos pela assembleia geral, por um período de cinco anos. São elegíveis para ser reeleito.

A política da FEMOZA é baseada na defesa das Zonas Francas e apoiá-las em todo o mundo, ajudando a criar, desenvolver e a crescer.

Portanto, a FEMOZA tem o papel de proteger às Zonas Francas, para que elas mantenham a revitalização da economia. Estudando as mudanças no direito internacional que possam afetar ou limitar as operações da Zona Franca. Realizados através de programas de formação, consultoria técnica, os regimes de ajuda, organizando programas educacionais entre as zonas livres, diretamente ou mediante convênios com outras instituições.

E a CZFA de dá políticas de apoio aos países das Américas que congregam Zonas Francas em seus territórios.

4. MOTIVAÇÃO POLÍTICA DA FILIAÇÃO DA SUFRAMA.

Em um período de grandes conturbações, falta de recursos, com um desenvolvimento precário, principalmente no setor industrial, político, Infra-estrutural e econômico, na região amazônica que os governantes locais, se mobilizaram em escala global, com o propósito de criar políticas de incentivos e fortalecimento e manutenção de suas economias, advindas com a implantação da Zona Franca Manaus na região

E para manter esses recursos e vê-los sempre valorizados e reconhecidos por diferentes nações que, a SUFRAMA, tem-se mostrado interessada em participar de mecanismo de dinamização econômica pelo mundo, ou, filiar-se a algumas organizações que se mostram com os mesmos interesses.

O propósito de participar do processo de desenvolvimento capitalista, influenciada pela competitividade em escala global, e pela garantia do modelo que vêm contribuindo para o desenvolvimento interno da região. Que a SUFRAMA vem realizando articulações com diferentes agentes, instituições e organizações que se mobilizem em escala mundial, como por exemplo, A Federação Mundial Zonas Francas que congrega Zonas Francas e o Comitê de Zonas Francas das Américas que congrega países interessados em promover as zonas francas instaladas em seus territórios.

Assim, a SUFRAMA procura novos mecanismos que contribuam em mais investimentos para a região e, que venham fortalecê-la ainda mais, visando sempre, segundo Garcia (2004), sua estabilidade, controle econômico e extensão de seus produtos em escala mundial, para assim, dispor de recursos suficientes para acompanhar e promover o progresso regional através de investimentos maciços em ensino e pesquisa. Caso esses investimentos não se materializarem em ritmo acelerado, todos os demais esforços do governo e de particulares até agora desenvolvidos estarão seriamente comprometidos.

Então, é visando este desenvolvimento, que induzam a integração das atividades setoriais da Zona Franca à estrutura da economia local, nacional e internacional que, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, tem-se mobilizado em busca por mais recursos e assim, fortalecer ainda mais a Zona Franca de Manaus.

Portanto em com base nessas afirmações, que podemos compreender que a SUFRAMA filiar-se a essas organizações internacionais, em prol de novo viés que a conduza ao desenvolvimento e manutenção do modelo na região amazônica.

CONCLUSÃO

Este trabalho de pesquisa revela as características e tendências ocorridas com a proliferação de Zonas Francas em virtude da transnacionalização Que interessam a empresas, governos e entidades multilaterais.

É nesse contexto que o Manaus recebeu a implantação da Zona Franca de Manaus, que possui uma entidade do governo nacional para administrá-la, visando o seu fortalecimento e gerando um crescimento econômico na região, e mais lucratividades e competitividade as empresas que resolvem integra a essa cadeia produtiva.

Para isso, a SUFRAMA tem se mostrado dispostas a atrair e a criar políticas de incentivos fiscais visando o fortalecimento da Zona Franca de Manaus, participando de organizações internacionais como a FEMOZA E A CZFA.

A pesquisa aporta que a sua participação é com vista inserir, a Zona Franca de Manaus na articulação de uma rede mundial de zonas francas e em difundir e aprofundar a transnacionalização da economia regional. Assim, configurá-la no capitalismo global por uma valorização e reconhecimentos de seus produtos naturais.

Portanto, a filiação ou participação da SUFRAMA está vinculada a interrupção do projeto de construção nacional, em virtude do novo projeto transnacional, cuja, organização esta em mãos internacionais. Realizada diante de um cenário de grandes transformações na dinâmica capitalista, onde dirigentes políticos estão empenhados “em modernizar”, “racionalizar” ou “dinamizar” as instituições nacionais de forma a intensificar a “inserção” da emergente economia na dinâmica do capitalismo mundial”.

E também, Pela garantia do modelo que vêm contribuindo para o desenvolvimento interno da região e com o intuito de alcançar novo viés que a conduza

ao desenvolvimento, fortalecimento e manutenção do modelo na região amazônica, necessárias frente à concorrência internacional. Priorizando a inserção no mercado mundial das empresas, segmentos e espaços econômicos mais competitivos.

É através da SUFRAMA que a ZFM busca por uma melhor qualidade e produtividade que sejam adequadas à competitividade no mercado globalizado. Apresentado como um modelo de desenvolvimento regional, fruto do regime militar, que passa a favorecer o capitalismo monopolista no país. Este modelo passa a despertar os interesses do empresariado nacional e principalmente do empresariado internacional, devido ao vislumbramento de grandes lucros sobre vantagens oferecidas e dos incentivos fiscais. Assim, o decreto-lei nº 288/67, implanta Zona Franca de Manaus, atendendo à todas as exigências feitas pelo capital internacional para seu investimento neste modelo tais como: estabilidade política, redução dos custos de implantação pela criação de estímulos especiais, incentivos fiscais, mão-de-obra barata e outras.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. “Pesquisa em ciências sociais”. In: HIRANO, Sedi (Org.). Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DINIZ, Eli. Globalização, reformas e elite empresariais: Brasil anos 1990. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GROS, Denise Barbosa. Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República. Porto alegre, 2003.

FREITAS PINTO, Ernesto Renan. “como se produzem as zonas francas”. In: Trabalho e produção capitalista. Belém, PA: Serie Seminários e Debates, n. 13, 1987.

FURTADO, Celso. Brasil: A Construção Interrompida. 2º edição, 1992.

GARCIA, Etelvina. Zona Franca de Manaus: historia, conquista e desafios. Manaus: Norma Ed. SUFRAMA, 2004.

GONÇALVES, Everton das Neves e STELZER, Joana. Estado, Globalização e soberania: fundamentos político- jurídicos do fenômeno da transnacionalidade, 2009.

GRUNWALD, Joseph e FLAMM, Kenneth. The Global Factory: foreign assembly in international trade. Washington, D.C: The Brookings Institution, 1985.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Espaço de esperança. 2º ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

ILO. International Labor Organization database on export processing zones. Genebra: ILO, 2007.

SERÁFICO, Marcelo Bastos de Assis carvalho. O Empresário Local e a Zona Franca de Manaus: Reprodução Social e Globalização Econômica. Porto Alegre, 2009.

STEREN, Tania dos Santos. Globalização e Exclusão: A dialética da mundialização do capital. Porto alegre, 2001.

MOLONEY, W.B. Industrial free zones in the context of regional development planning. Shannon, Republic of Ireland: / ONU, 1972, mimeo.

IANNI, Octavio. Declínio do Brasil - Nação; estudos avançados. 2000.

_____. A sociedade global. 13º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. A Era do Globalismo. - 5º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SKLAIR, Leslie. Sociology of the global sisten. Baltimore,USA: John Hopkins University Press, 1991.

UNIDO/ONU. SECRETARIAT OF UNIDO. Industrial free zones as incentives to promote export-oriented industries. S/I: 28 October 1972, mimeo.

